

## PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA PRÁTICA

### CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

#### CARGO: CALCULISTA JUDICIAL / DIGITADOR

Com base nos dados apresentados no caso, a multa civil imposta ao réu foi calculada conforme os seguintes critérios:

##### **1. Determinação do valor base da multa**

A penalidade aplicada corresponde ao pagamento de uma multa civil arbitrada em dez vezes o valor do último vencimento do réu enquanto prefeito. Considerando que esse vencimento era de R\$ 8.500,00, o valor base da multa é obtido da seguinte forma:

$$\text{Valor base} = \text{R\$ } 8.500,00 \times 10 = \text{R\$ } 85.000,00.$$

##### **2. Atualização monetária pelo INPC/IBGE**

A sentença determina que a multa deve ser corrigida monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE) desde a data dos fatos (agosto de 2012) até a publicação da decisão (janeiro de 2019). O fator de atualização fornecido é de 1,5000.

Assim, o valor atualizado da multa é calculado como:

$$\text{Valor atualizado} = \text{R\$ } 85.000,00 \times 1,5000 = 127.500,00.$$

##### **3. Cálculo dos juros de mora**

A decisão judicial estabelece a incidência de juros moratórios de 1% ao mês, de forma simples, a partir da citação do réu (junho de 2014) até a publicação da sentença (janeiro de 2019), o que totaliza 55 meses.

O valor dos juros é calculado da seguinte maneira:

$$\text{Juros} = \text{Valor atualizado} \times \text{taxa mensal} \times \text{número de meses}$$

$$\text{Juros} = \text{R\$ } 127.500,00 \times 0,01 \times 55 = \text{R\$ } 70.125,00.$$

##### **4. Cálculo do valor total da multa**

O valor total da multa, considerando a atualização monetária e os juros de mora, é dado por:

$$\text{Valor total da multa} = \text{Valor atualizado} + \text{Juros}.$$

$$\text{Valor total da multa} = \text{R\$ } 127.500,00 + \text{R\$ } 70.125,00 = 197.625,00.$$

##### **Conclusão**

Dessa forma, logo após a publicação da sentença, o valor da multa civil a ser paga pelo réu é de R\$ 197.625,00. Esse montante resulta da aplicação da atualização monetária pelo INPC/IBGE e da incidência dos juros de mora de 1% ao mês, conforme estabelecido na decisão judicial.

##### **Fonte:**

Parente, Eduardo; Caribé, Roberto. Matemática Comercial e Financeira. São Paulo: Ed. FTD, 1996.